

FAMÍLIA E EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS (EJA): CONTRIBUIÇÕES DA FAMÍLIA PARA INCLUSÃO ESCOLAR DE ALUNOS COM DEFICIÊNCIA

Heliton Rodrigues de Moura Júnior¹; Maria Letícia Marçal Abreu²;

Francisco Mirtiel Frankson Moura Castro³

¹Universidade Estadual do Ceará (Uece), Faculdade de Educação de Itapipoca (FACEDI),
Itapipoca, Ceará, Brasil, heliton.junior@aluno.uece.br

²Universidade Estadual do Ceará (Uece), Faculdade de Educação de Itapipoca (FACEDI),
Itapipoca, Ceará, Brasil, leticia.marcal@aluno.uece.br

³Universidade Estadual do Ceará (Uece), Faculdade de Educação de Itapipoca (FACEDI),
Itapipoca, Ceará, Brasil, mirtiel frankson@gmail.com

Resumo

A Educação Inclusiva consiste na participação ativa de todos os estudantes no âmbito escolar, sendo o produto de uma articulação de responsabilidades de diferentes agentes. Assim, o artigo parte da reflexão sobre a influência familiar para incluir estudantes portadores de necessidades especiais na Educação de Jovens e Adultos (EJA), modalidade de ensino assegurada pela Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Este estudo, portanto, visa analisar como a família influencia na inclusão escolar de alunos com deficiência na EJA. Utilizou-se, para tal fim, a abordagem de pesquisa qualitativa, e no contexto da metodologia, foram utilizadas as tipologias de pesquisa bibliográfica e exploratória, realizadas em 2026, com uma análise conjunta das obras de Durkheim (2007); Faco e Melchiori (2009); Filloux (2010); Freire (2007); Haguette (2010); Mantoan (2003); Paiva (1987); Reali e Tancredi (2005); Sanceverino, Baldissera, Nogaro, Garcia (2021); e Saviani (2008), para a compreensão de conceitos, e a exposição de relatos de experiências de um professor que atuou na EJA e do presidente de uma associação de pessoas com deficiência. Notou-se, com amparo neste estudo, que a família pode perpetuar, ou romper, paradigmas referentes às expectativas de aprendizagem do educando portador de deficiência, e contribuir para o desenvolvimento de habilidades do público discente fora do ambiente escolar, além de que é fundamental que as instituições de ensino orientem os pais e/ou responsáveis a respeito de seu papel no processo de aprendizagem, para garantir o cumprimento legal do acesso à educação para todos.

Palavras-chave: Educação de Jovens e Adultos. Educação inclusiva. Relação escola e família. Inclusão.

Introdução

Em um cenário inicial, a pesquisa em questão, elaborada em 2026, advém de uma compreensão da relevância da família no núcleo escolar, isto é, uma visualização das contribuições que a participação familiar na escola proporciona aos alunos. Em específico, tal abordagem científica concretiza-se em compreender a influência que o núcleo familiar

estabelece no contexto de inclusão escolar de alunos com deficiência na Educação de Jovens e Adultos (EJA). Em um âmbito social, o apoio da família para a permanência de alunos PcD (Pessoa com Deficiência) na EJA fortalece o processo de democratização da educação em uma sociedade que, muitas vezes, é revestida por aspectos de injustiça e desigualdade.

Sob esse viés, o artigo em questão tem como problema central: Como a família influencia na inclusão escolar de alunos com deficiência na Educação de Jovens e Adultos?, isto é, a relevância do suporte familiar como instrumento de colaboração com os educadores da EJA, o que permite a criação de um ambiente escolar mais inclusivo para os alunos PcD. Desse modo, “uma sociedade justa dá oportunidades às massas, para que tenham opções e não a opção que a elite tem, mas a própria opção das massas [...]” (Freire, 2007, p. 20). Assim, observa-se a necessidade da constituição de um ensino fundamentado e transformador na EJA voltado aos alunos com deficiência para o desenvolvimento de uma educação mais igualitária em direitos.

Nesse contexto, foi aplicada a abordagem de pesquisa qualitativa, isto é, uma investigação científica que se centraliza na interpretação de aspectos subjetivos através de uma análise de dados não numéricos. De modo análogo ao expresso, “os qualitativistas afirmam, seja a superioridade do método que fornece uma [...] maior relevância do aspecto subjetivo da ação social face à configuração das estruturas sociais [...]” (Haguette, 2010, p. 59). Outrossim, tal pesquisa científica, no contexto da metodologia, utilizou as tipologias de pesquisa bibliográfica e exploratória. Nesse sentido, a primeira consiste em uma produção e análise de materiais com dados já analisados e publicados. Ademais, tem-se a pesquisa exploratória, em que houve um estudo mais aprofundado sobre o tópico da inclusão escolar na EJA, sendo pouco abordado no campo das pesquisas educacionais.

Nesta perspectiva, a pesquisa foi elaborada a partir de uma análise conjunta das fontes bibliográficas e de pesquisas aleatórias, em que foram coletados relatos de experiências de um professor que atuou na Educação Especial da Educação de Jovens e Adultos (EJA) e do presidente de uma associação de pessoas com deficiência. Ressalta-se, ainda, que os dados referentes à identificação e locais de trabalho dos interlocutores foram omitidos, para preservar o anonimato deles, e serão identificados neste estudo como ‘Gabriel’ e ‘Yara’ (nomes fictícios). Desse modo, pode-se compreender a relevância das informações obtidas no relato de experiência, visto que “[...] se baseia em depoimentos gravados de atores sociais que recorrem à sua experiência e memória para recompor fatos acontecidos no âmbito de sua temporalidade [...]” (Haguette, 2010, p. 60). Por conseguinte, o artigo em questão foi produzido baseando-se nos seguintes autores: Durkheim (2007); Faco e Melchiori (2009); Filloux (2010); Freire (2007); Haguette (2010); Mantoan (2003); Paiva (1987); Reali e Tancredi (2005); Sanceverino, Baldissera, Nogaro, Garcia (2021); e Saviani (2008).

Com efeito, a pesquisa objetiva analisar como a família influencia na inclusão escolar de alunos com deficiência na Educação de Jovens e Adultos. Em específico, solidificar a relevância de uma articulação entre as famílias de alunos com deficiência e a EJA na construção de uma autonomia social e cidadã para esses estudantes.

Em síntese, pode-se visualizar a estrutura do artigo, que inicia com a introdução, que contextualiza o problema de pesquisa e os objetivos desta, assim como apresenta a metodologia aplicada na pesquisa. Além disso, há o desenvolvimento, o qual fundamenta teoricamente os resultados e a discussão dos dados, logo, as seções deste artigo são as seguintes no desenvolvimento: Família: concepções e relevância; Relação família e escola; Educação de Jovens e Adultos; Inclusão escolar: desafios e perspectivas; O papel da família na inclusão escolar de alunos com deficiência na EJA. Por fim, visualizam-se as considerações finais, que objetivam responder a proposta de estudo, assim como há um embasamento teórico por intermédio das referências.

Família: concepções e relevância

Em um contexto primordial, compreende-se o termo família como um núcleo social fundamental, visto que consiste historicamente em uma socialização inicial nos âmbitos educacional e emocional de seus integrantes. Nesse sentido, pode-se definir família como “[...] o espaço de socialização, [...] possibilidade para o desenvolvimento individual e grupal de seus membros, independentemente dos arranjos apresentados ou das novas estruturas que vêm se formando [...]” (Faco; Melchiori, 2009, p. 121). À vista disso, infere-se que tal conceito compreende as modificações culturais, históricas e sociais da instituição familiar como um intermédio de democratização.

Sob um viés sociológico, visualiza-se que o núcleo familiar possui uma relevante função social, isto é, um reflexo de socialização e de reprodução de valores éticos, morais e culturais. Desse modo, pode-se enfatizar que “[...] a estrutura política de uma sociedade não é mais do que o modo pelo qual os diferentes segmentos que a compõem tomaram o hábito de viver uns com os outros [...]” (Durkheim, 2007, p. 12). Em adição, esta estrutura aplica-se como uma concretização da ação social, que se torna fundamental para o exercício da cidadania.

Ressalta-se, portanto, que o ambiente familiar deve assegurar os aspectos de proteção, garantia de direitos e um suporte emocional, principalmente no que se refere ao desenvolvimento da criança e do adolescente. No entanto, na ausência destes princípios essenciais, podem surgir consequências como dificuldades de adaptação social e nos processos

de ensino e de aprendizagem. Nota-se a importância do grupo familiar cumprir a sua função social, de tal forma que transmita valores para a constituição de uma realidade mais inclusiva.

Relação família e escola

Em um cenário inicial, visualiza-se o ambiente escolar como um instrumento fundamental na transmissão de conhecimentos necessários aos âmbitos intelectual, moral e social. Nesta perspectiva, compreende-se que “a escola é não somente um lugar de “educação”, em particular, de educação “moral”, mas também e, ao mesmo tempo, um lugar de “instrução”, de aquisição de saberes [...]” (Filloux, 2010, p. 30). Desse modo, a escola revela-se como um espaço central na obtenção de valores que enfatizem o eixo social com acesso ao conhecimento.

Outrossim, assim como a família, a instituição escolar também possui uma função social, visto que engloba um desenvolvimento integral dos alunos. Nesse sentido, a escola atua como um agente responsável por formar cidadãos capazes de constituir um posicionamento crítico nas esferas sociais. Logo, conclui-se que “[...] a importância política da educação reside na sua função de socialização do conhecimento [...]” (Saviani, 2008, p. 70). Ressalta-se, por sua vez, que tal conhecimento precisa compreender historicamente a realidade social.

Sob essa ótica, verifica-se que os núcleos familiar e escolar são indispensáveis para a formação humana nas estruturas societais. Apesar de se consolidar em uma noção de atuação independente com referência à família e à escola, nota-se que ambas “compartilham a tarefa de preparar as crianças e os jovens para a inserção crítica, participativa e produtiva na sociedade” (Reali; Tancredi, 2005, p. 240). À vista disso, pode-se compreender a relevância da participação familiar no contexto de acompanhamento escolar dos estudantes.

Para que os pais e a instituição de ensino possam consolidar uma relação de interdependência, torna-se essencial uma articulação de responsabilidades. No contexto familiar, tal envolvimento é conduzido por intermédio de uma colaboração ativa no processo de aprendizagem escolar, englobando práticas que desenvolvam os eixos cognitivo e socioemocional. No âmbito educacional, observa-se a necessidade de uma integração mais frequente na relação família-escola que seja capaz de transmitir valores éticos, morais, sociais e culturais ao público estudantil, de modo a criar um ambiente mais inclusivo e acolhedor aos discentes. Assim, pode-se viabilizar o acesso às diversas etapas e modalidades de ensino da Educação Básica.

Educação de Jovens e Adultos

Inicialmente, a questão educacional do público adulto era uma das problemáticas da Educação Popular. Todavia, na Segunda República brasileira (1930 - 1945), por intermédio da regulamentação do Fundo Nacional de Ensino Primário (FNEP), “[...] se estabeleceram as condições para o desenvolvimento independente de programas para adultos, incentivando indiretamente a abordagem teórica do problema e a proposição de soluções.” (Paiva, 1987, p. 159). Desse modo, as demandas desse público começaram a ser analisadas de forma significativa e, conseqüentemente, houve o estímulo de estudos específicos sobre esse tema.

Ademais, é importante destacar que tal movimento de instrução para adultos foi utilizado para a promoção político-ideológica do período getulista. Entretanto, no decorrer dos anos, os debates sobre educação se intensificaram, e outras tendências pedagógicas surgiram para atender às necessidades da sociedade. A exemplo delas, tem-se a Escola Nova, a qual defendia uma ressignificação do papel da escola, a postura ativa dos alunos na aquisição de saberes, e uma aprendizagem dotada de significado e sentido para os discentes.

No entanto, o pensamento escolanovista não foi aplicado nas escolas da rede oficial, o que impossibilitou mudanças no processo de ensino-aprendizagem. Para expandir essa perspectiva educacional no Brasil, “[...] Paulo Freire se empenhou em colocar essa concepção pedagógica a serviço dos interesses populares. Seu alvo inicial foi, com efeito, os adultos analfabetos.” (Saviani, 2008, p. 54-55). Nessa conjuntura, a educação de indivíduos na fase adulta foi reformulada criticamente para formar cidadãos autônomos e atuantes.

Na contemporaneidade, pode-se caracterizar a Educação de Jovens e Adultos (EJA) como uma das modalidades de ensino da Educação Básica, destinada àqueles que não puderam concluir o Ensino Fundamental ou o Ensino Médio na idade certa. É amparada, legalmente, conforme o Art. 37 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (Brasil, 1996), amplamente conhecida como LDB (Lei de Diretrizes e Bases da Educação). Logo, é dever do Estado garantir a promoção da EJA, além de viabilizar a permanência escolar desses estudantes.

Além disso, na concepção democrática, nota-se a relevância da EJA para a população. Nesse viés, “[...] com a vitória dos ideais democráticos, e a reorientação da política interna [...] trouxeram à baila o problema da educação das massas como instrumento de construção de uma sociedade democrática.” (Paiva, 1987, p. 160). Em contrapartida às ideias citadas, a existência de desafios para a permanência desses educandos, como a inclusão escolar de pessoas com deficiência, impacta a estruturação de uma democracia.

Em síntese, as ações que viabilizam a educação para o público fora da modalidade regular de ensino, passaram por diferentes compreensões durante a história. No contexto hodierno, ela faz parte de princípios de garantia de direitos básicos de todo cidadão,

independente de aspectos socioeconômicos, culturais, religiosos, étnico-raciais ou de gênero. Contudo, apesar de sua previsão legal, a Educação de Jovens e Adultos também enfrenta barreiras que interferem diretamente na permanência escolar de diferentes tipos de alunos.

Inclusão escolar: desafios e perspectivas

A princípio, faz-se necessário enfatizar uma perspectiva de ensino contemporânea, a qual defende a participação plena de todos os alunos nos espaços educativos: a Educação Inclusiva. Hodiernamente, os debates acerca de integração ou inclusão escolar, que levam em consideração a diversidade do corpo discente, estão presentes no cotidiano dos ambientes de aprendizagem. Todavia, ambos os termos se distinguem no que tange às fundamentações teóricas e ações práticas, sendo relevante diferenciá-los.

Nesse sentido, o pensamento integrativo refere-se à prática de introdução parcial dos alunos nos espaços regulares de ensino, os quais podem ter acesso a serviços segregados, como a Educação Especial. Já a visão inclusiva “[...] implica uma mudança de perspectiva educacional, pois não atinge apenas alunos com deficiência e os que apresentam dificuldades de aprender, mas todos os demais, para que obtenham sucesso na corrente educativa geral.” (Mantoan, 2003, p. 16). Compreende-se, então, que a educação, no aspecto inclusivo, visa a reestruturação da escola como um todo, para atender às necessidades de qualquer educando.

Além das compreensões da importância da participação ativa de todos os estudantes nas instituições de ensino, a Educação Inclusiva é um direito da pessoa com deficiência. Dessa forma, conforme o Art. 27 da Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015, é assegurado o sistema educacional inclusivo ao longo de toda a vida do educando, permitindo o máximo desenvolvimento possível de suas potencialidades (Brasil, 2015). Em suma, o acesso educacional de pessoas portadoras de diferentes deficiências é uma garantia legal, e deve ser cumprida.

Assim, para realizar a inclusão escolar, é imprescindível a reformulação de compreensões sobre o ensino, e a atuação de diferentes agentes no processo educativo. Dessa maneira, para obter uma aprendizagem de qualidade e humanitária, a escola deve “[...] aproximar os alunos entre si; tratar as disciplinas como meios de conhecer melhor o mundo e as pessoas que nos rodeiam; e ter como parceiras as famílias e a comunidade na elaboração e no cumprimento do projeto escolar.” (Mantoan, 2003, p. 34). Consequentemente, com o fortalecimento dessas relações, esse ambiente torna-se mais acolhedor e acessível a todos.

Diante do exposto, destaca-se a importância de reflexões acerca da inclusão no ambiente escolar, a qual baseia-se na concepção de uma educação para todos. Percebe-se, também, que a

prática inclusiva é de responsabilidade de distintos grupos atuantes no processo educacional. Além disso, pode-se acrescentar que os indivíduos que enfrentam maiores obstáculos de adaptação social e no processo de ensino-aprendizagem, são as pessoas com deficiência, e que é necessário a mobilização da família e da escola para propiciar as condições adequadas para esse e os demais discentes.

O papel da família na inclusão escolar de alunos com deficiência na EJA

A Educação de Jovens e Adultos caracteriza-se, sobretudo, pela diversidade do corpo discente e, por isso, necessita de um direcionamento voltado, exclusivamente, para essa modalidade. Nesse sentido, “[...] a EJA luta historicamente pelo direito de jovens, adultos e idosos ao conhecimento a fim de que se discuta como esses sujeitos são acolhidos nos espaços escolares.” (Sanceverino; Baldissera; Nogaro; Garcia, 2021, p. 41-42). Isto é, as questões relacionadas à inclusão escolar devem ser refletidas para a construção de ambientes educativos que, de fato, sejam acessíveis a todos, especialmente, às pessoas com deficiência.

Em primeiro plano, é importante ressaltar que a educação visa a formação integral de indivíduos capazes de exercer sua cidadania de forma plena, crítica e transformadora. Além dos conteúdos programáticos, a instituição escolar precisa organizar reflexões acerca de questões cidadãs e estimular a consciência crítica, pois ela é “[...] a única com a qual o homem poderá apreender os temas e tarefas de sua época para ir se integrando nela.” (Freire, 2007, p. 36). Ressalta-se, que, embora esses conhecimentos devam ser assimilados por todos os estudantes, os educandos enfrentam desafios para obter uma aprendizagem significativa.

Nesse contexto, os diferentes agentes do processo educativo, sobretudo, a família, são também responsáveis pela instrução dessas pessoas. Especificamente na EJA, os familiares exercem a importante função de estimular o retorno de alunos com deficiência aos estudos e garantir, junto à escola, uma educação acessível para esses indivíduos. Nesse sentido, o grupo familiar enfrenta desafios para a compreensão do papel da escola na vida dos discentes, conforme explicita a presidente de uma associação de pessoas com deficiência, Yara, que atua há quase 20 anos na representação e defesa dos direitos das PcDs ou com mobilidade reduzida:

O que a gente tem na maioria da inclusão é o acesso, o aluno está matriculado, os jovens estão matriculados, porém, pela ausência de conhecimento dos pais, nós temos uma dinâmica que não é muito conhecida pelas pessoas. O primeiro: o livramento, o livramento que ele tem quando deixa o aluno na escola, porque dependendo da deficiência, ele entende aquilo como um momento de descanso. Ou a gente tem o pai que é tão cuidador que ele não consegue nem deixar, ele precisa ficar dentro do recinto escolar, pastorando, vistoriando, ele não consegue imaginar, entender, que o papel da escola é emancipar aquele aluno. (Yara)

Em consonância com o exposto no relato acima, os paradigmas adotados pelo conjunto familiar baseiam-se em estereótipos que necessitam ser analisados. Dessa maneira, no primeiro caso, pela exaustão que pode ser decorrente da falta de conhecimento da forma adequada de lidar com o tipo de deficiência do aluno, as famílias compreendem-se alheias ao processo de aprendizagem. Quanto ao segundo, ocorre a superproteção, baseada, principalmente, na crença da incapacidade do estudante que possui alguma limitação física, ou intelectual, na prática de quaisquer atividades. Em ambas as situações, existe uma distância na relação de parceria entre a família e a escola.

Nessa conjuntura, o ato de subestimar a capacidade de aprendizagem de estudantes com deficiência está bastante presente no cotidiano dessas famílias. Consequentemente, essas perspectivas “[...] fazem com que o sujeito da EJA se sinta um ser inferior diante do mundo, incapaz de aprender e de construir sua própria história, com medo de enfrentá-la, bem como de fazer parte das mudanças significativas para a história da humanidade.” (Sanceverino; Baldissera; Nogaro; Garcia, 2021, p. 64). Em alguns casos, esse pensamento pode acarretar ações extremas dos responsáveis, conforme explicita Gabriel, professor que atuou durante 6 anos na educação especial da EJA:

[...] os pais tinham muita resistência e medo de liberar os filhos para ir para a escola. Então, a gente percebia que, em muitos casos, os pais não queriam que eles fossem [...] Então, muitas dessas crianças ou adultos, eles eram trancados dentro de casa, a gente acabava sendo a única forma e o único momento de integração que eles tinham quando estavam na escola com a gente. (Gabriel)

Torna-se, desse modo, indispensável a reflexão sobre o comprometimento da participação familiar na inclusão de alunos com deficiência em razão dessas percepções. Assim, é necessário “[...] combater a descrença e o pessimismo dos acomodados e mostrar que a inclusão é uma grande oportunidade para que alunos, pais e educadores demonstrem as suas competências, os seus poderes e as suas responsabilidades educacionais.” (Mantoan, 2003, p. 29-30). Sob esse viés, a mudança de perspectiva da família é necessária para incluir esses discentes na EJA, e uma ação escolar que busca orientá-la é descrita abaixo:

Tinha que ir na casa, convidar, convencer o pai de que a escola era um ambiente bom para eles. Ai os pais vinham no primeiro dia, assistiam à aula. Quando percebiam que o ambiente era bom e acolhedor, eles deixavam eles [alunos] irem. (Gabriel)

Diante disso, outra questão na inclusão escolar de alunos com deficiência na EJA, é a expectativa de aprendizagem. Nesse caso, é necessário que tanto a instituição de ensino, quanto os familiares, propiciem condições para o desenvolvimento das habilidades que os educandos

são capazes de desenvolver. Sob esse viés, ressalta-se que, dependendo da deficiência, o estudante poderá levar um maior tempo para desenvolver as atividades propostas, o que não significa dizer que ele é inapto a aprendê-las. Para isso, é fundamental que a família seja orientada a desenvolver tarefas que estimulem a autonomia do discente.

Esse aluno só vai se emancipar, vamos dizer assim, na sua integridade, se houver o acreditar na família. Porque a gente orienta e a família ajuda. A escola só é quatro horas. E o restante do tempo? Quem fica mais tempo com o aluno é o pai, é a família. [...] Por exemplo, nós tivemos aí uma casa, onde a mãe levava para o [local], lá a assistente social orientava a psicóloga, que ela tinha que ensinar o menino a puxar a descarga, amarrar o cadarço do sapato, a vestir a roupa, a abotoar o botão da blusa. E ela não conseguia fazer isso. Quando a criança chegou na escola, o adolescente, que já era um adolescente, era um cadeirante com paralisia cerebral. E aí, de repente, o menino, ao ser levado para o banheiro, o menino puxou a descarga, foi orientado e fez. E, de repente, o menino passou a tentar abotoar o botão e tal. Foi assim... uma surpresa extraordinária para a mãe, porque ela não acreditava. (Yara)

Nessa situação, um aluno com deficiência considerada severa superou as expectativas de sua mãe, que desacreditava que ele pudesse executar tarefas simples do cotidiano, em virtude de sua perspectiva de superproteção. Fazendo isso, o aluno pode rever a si mesmo, compreendendo-se como sujeito atuante e que pode se relacionar com o ambiente, “Criando e recriando, integrando-se nas condições de seu contexto, respondendo aos desafios, auto-objetivando-se, discernindo, o homem vai se lançando no domínio que lhe é exclusivo, o da história e da cultura.” (Freire, 2007, p. 36). Logo, o estímulo familiar contribui grandemente para a criação e o fortalecimento de aprendizagens e compreensões da realidade do discente.

Dessa forma, com a aproximação da família e da escola, pode-se romper a noção de ações independentes da família e escola, com o fito de criar novas perspectivas para o aluno com deficiência da Educação de Jovens e Adultos. Destaca-se, enfim, que a inclusão escolar “[...] só vai valer se somarmos nossas forças às de outros colegas, pais, educadores em geral, que estão cientes de que as soluções coletivas são as mais acertadas e eficientes.” (Mantoan, 2003, p. 9), ou seja, é relevante a mobilização de diferentes grupos para realizá-la.

Outro aspecto a ser considerado é a infraestrutura dos espaços escolares para a recepção dos alunos com deficiência. Nessa ótica, os artigos 11 e 12 da Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000, tratam de coibir barreiras que impeçam a acessibilidade de edifícios públicos ou de uso coletivo, tornando esses espaços adequados às pessoas com deficiência (Brasil, 2000). Entretanto, nem todos os espaços coletivos são acessíveis a toda a população, conforme expõe-se a seguir:



Meu amigo, aonde nós estávamos [...] não tinha nenhuma condição de receber os meninos. [...] Não tinha rampa, inclusive a própria entrada da escola tem uma calçada alta, então não tinha como menino subir, cadeirante. O acesso às salas não tinha rampa [...] o banheiro não tinha condição, não tinha acessibilidade. E os departamentos da escola, como sala de leitura, secretaria, não tinha como passar uma pessoa com deficiência, um cadeirante, né? Ou alguém com problema na coluna, não tinha, porque era só um bequinho bem estreitinho, não tinha como passar. (Gabriel).

No relato acima, é perceptível a existência de barreiras em um local público destinado ao acolhimento de indivíduos que não puderam concluir a escolarização básica. A família, nessa situação, deve estar consciente de seus direitos e cobrar as condições adequadas na infraestrutura escolar ao poder público. Compreendendo, desse modo, que a acessibilidade e a educação são obrigações da máquina pública, o núcleo familiar influencia mudanças e uma nova organização dos ambientes de aprendizagem, a fim de torná-los mais receptivos aos estudantes da EJA.

Em suma, para viabilizar o processo de inclusão de alunos portadores de deficiência na Educação de Jovens e Adultos, é importante a articulação de diferentes grupos. No caso do núcleo familiar, ele possui um relevante papel na participação do processo de aprendizagem de alunos com necessidades especiais, e é necessário que a escola esclareça essa função aos pais e/ou responsáveis. No contexto educacional, é primordial o acompanhamento da família para a formação de cidadãos autônomos e sujeitos atuantes em sua realidade.

Conclusões

A idealização do pleno acesso à educação para todos necessita ser objeto de reflexões, para que o contexto real brasileiro se aproxime desse pensamento do movimento democrático. Um dos mecanismos para isso é a prática da inclusão escolar de alunos com deficiência, a qual revela-se necessária para viabilizar um ensino de qualidade para essa população que, muitas vezes, têm direitos negligenciados em virtude de concepções errôneas sobre suas capacidades físicas, intelectuais e sociais.

Com efeito, para consolidar a inclusão de alunos com deficiência na Educação de Jovens e Adultos, é fundamental a atuação de distintos agentes do processo educativo. Nesse viés, a família influencia a perpetuação, ou rompimento, de paradigmas referentes às expectativas de aprendizagem do educando portador de necessidades especiais, os quais impactam a sua inclusão escolar, e ela também pode contribuir para o desenvolvimento de habilidades do grupo discente fora do ambiente escolar. Percebe-se, além disso, a urgência do núcleo familiar ter ciência dos direitos desses educandos, com a finalidade de fazer cumprir as garantias legais de

acessibilidade aos espaços educativos. Pontua-se, também, que é de responsabilidade da escola elucidar e informar as responsabilidades dos pais e/ou responsáveis no processo educativo.

Evidencia-se, outrossim, que a reformulação de perspectivas acerca da capacidade desses indivíduos é imprescindível para a melhoria do processo de ensino-aprendizagem. Nota-se, dessa forma, a necessidade de estimular a atuação independente desses sujeitos, para a formação integral desses indivíduos, cujos valores éticos, morais, sociais e culturais possam estar, finalmente, consolidados, e garantir o cumprimento da legislação acerca do acesso à educação para todos.

Em síntese, embora existam desafios decorrentes das deficiências do corpo estudantil da EJA, é de primordial importância que a família e a escola se articulem de maneira harmoniosa para garantir uma educação de qualidade a esses alunos nessa modalidade de ensino. Esse artigo apresenta aspectos relevantes das contribuições do núcleo familiar para incluir pessoas com necessidades especiais na Educação de Jovens e Adultos. É necessário, contudo, a elaboração de pesquisas que estudem, especificamente, outros agentes que contribuem para a inclusão escolar de estudantes da EJA, a fim de ampliar as fontes de estudo sobre essa temática.

Referências Bibliográficas

BRASIL. **Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000.** Estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências. Brasília, DF: Diário Oficial da União, 2000. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/110098.htm. Acesso em: 14 de fev. 2026.

BRASIL. **Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015.** Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Brasília, DF: Diário Oficial da União, 1996. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/113146.htm. Acesso em: 14 fev. 2026.

BRASIL. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996.** Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília, DF: Diário Oficial da União, 1996. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm. Acesso em: 11 fev. 2026.

DURKHEIM, Émile. **As regras do método sociológico.** Tradução de Paulo Neves. 3. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2007. 165 p.

FACO, Vanessa Marques Gibran; MELCHIORI, Lúcia Ebner. Conceito de família: adolescentes de zona rural e urbana. In: VALLE, T. G. M, org. **Aprendizagem e desenvolvimento humano: avaliações e intervenções.** São Paulo: Cultura Acadêmica, 2009. cap. 6, p. 121-136.

FILLOUX, Jean-Claude. **Émile Durkheim**. Tradução de Maria Lúcia Salles Boudet. Recife: Fundação Joaquim Nabuco, Editora Massangana, 2010.

FREIRE, Paulo. **Educação e mudança**. 12. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2007. 46 p.

HAGUETTE, Teresa Maria Frota. **Metodologias qualitativas na sociologia**. 12. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2010. 122 p.

MANTOAN, Maria Teresa Eglér. **Inclusão escolar**: O que é? Por quê? Como fazer? São Paulo, SP: Moderna, 2003.

PAIVA, Vanilda Pereira. **Educação popular e educação de adultos**. 4 ed. São Paulo, SP: Edições Loyola, 1987. 186 p.

REALI, A. M. M. R.; TANCREDI, R. M. S. P. A importância do que se aprende na escola: a parceria escola-famílias em perspectiva. **Paidéia**, Ribeirão Preto, v. 15, n. 31, p. 239-247, ago. 2005. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/paideia/a/wS67TztWcSYpmjCtKsrppLr/?lang=pt>. Acesso em: 10 fev. 2026.

SANCEVERINO Adriana Regina; BALDISSERA, Dulcimar; NOGARO, Ivania Nogaro; GARCIA, Rosane Cardoso Garcia. In: BORGES, Kelio Júnior Santana (org.). **Sobre a Educação de Jovens e Adultos**: teorias, práticas e vivências. Rio de Janeiro, RJ: Eulim, 2021. cap. 3, p. 40-67.

SAVIANI, Dermeval. **Escola e democracia**. Campinas, SP: Autores Associados, 2008. 112 p.